timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 127 AGOSTO 1996

MEGAWATI: A PÓS-SUHARTO?

A crise política aberta na Indonésia veio trazer para primeiro plano Megawati Sukarnoputri, a dirigente do PDI afastada pelo poder. Há quem a olhe como uma possível sucessora de Suharto

Megawati Sukarnoputri não era propriamente, antes da actual crise, uma desconhecida na vida política indonésia.

Sendo filha de Sukarno, o primeiro Presidente da República e um dos seus fundadores, deposto por Suharto na sequência do sangrento golpe de 30 de Setembro de 1965, tinha à partida a seu favor a auréola familiar.

Mas foi a sua batalha para conquistar a direcção do Partido Democrático Indonésio, aquando do Congresso deste partido em 1993, que a veio lançar como figura pública de referência. Na altura, Megawati teve que lutar contra as interferências governamentais que queriam impor, tal como era hábito, uma direcção a seu gosto. Nessa batalha, ela soube chamar para o seu lado o apoio dos delegados que a impuseram às autoridades como dirigente eleita pelas bases, um facto inédito na prática política dos partidos autorizados.

Depois, foi a adopção de um estilo e de uma linguagem novas para aquela sociedade. Numa digressão pós-Congresso efectuada pelo país e pelas colónias, defendeu que "*deveria ser dada liberdade total ao povo indonésio para escolher livremente os seus dirigentes, incluindo o presidente*" e que deveriam ser eliminadas as barreiras que impediam os partidos da oposição de fazer campanha eleitoral nos meios rurais (*The Australian*, 23/2/94).

Megawati começou a ser encarada de forma diferente, não só a nível interno como internacionalmente.

COM SIMPATIAS A NÍVEL INTERNACIONAL

Em Junho do ano passado a *Keidanren*, a Federação Japonesa das Organizações Económicas, convidou-a a participar num fórum internacional para discutir questões políticas e económicas relacionadas com a cooperação na região Ásia-pacífico. "*Porque será*", perguntámos então, "*que uma importante instituição económica de uma das mais poderosas economias do mundo convida a dirigente de um pequeno partido, tentando ser de oposição num regime totalitário, para estar presente numa reunião*" com "*altos dirigentes políticos para discutir o futuro*" daquela região? "*Aposta estratégica?*" (*Timor Leste*, Junho 95).

Na presente crise, os meios de comunicação internacionais dedicaram uma particular atenção a Megawati, salientando-lhe as características de tacto político, serenidade e firmeza e apresentando-a como uma séria rival à substituição de Suharto.

E o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Nicholas Burns, "*avisou o governo de Jacarta para respeitar os direitos de Megawati, afirmando que Washington esperava que 'ela fosse bem tratada'* (...)." (*The American Reporter*, 10/8/96).

O DESENHO DE UMA PLATAFORMA POLÍTICA

A conferência de imprensa dada em Jacarta, dias antes da invasão da sede do PDI, por Megawati foi uma apresentação de um manifesto político e do esboço de uma proposta de plataforma política para o movimento democrático.

"*O povo da Indonésia*", disse, "*enfrenta hoje uma opção histórica entre a democracia e o Estado de direito, que protegem os direitos inalienáveis de todos os cidadãos, ou a continuação da repressão e da opressão, responsáveis pela infame reputação do governo indonésio, tanto no país como no estrangeiro, por horríveis violações dos direitos humanos e pela corrupção numa escala de tal modo generalizada que o povo indonésio e a comunidade internacional ficarão chocados quando as verdadeiras dimensões destes crimes atrozes forem expostas. (...). Quando a verdade sobre o actual regime for revelada ao povo da Indonésia e ao mundo, mostrará que durante os últimos 30 anos mais de 1 milhão de pessoas foi assassinada, milhares foram torturadas e dezenas de milhões de dólares americanos foram acumulados por altos funcionários e suas famílias (...).*"

neste número:

MEGAWATI: A PÓS-SUHARTO?

EUA: VENDA DE ARMAS EM QUESTÃO

PELL: EM BUSCA DE UMA SOLUÇÃO

"Convido-vos a imaginar como se sentiriam se vivessem num país como a Indonésia (...) onde criticar os lenços de assoar de um funcionário governamental pode levar-vos a serem espancados, torturados ou mortos; e onde vastas fortunas são acumuladas às custas da população, num país onde a maioria dos cidadãos não têm electricidade, nem acesso a água canalizada e a cuidados médicos decentes, onde milhões de camponeses foram forçados a sair das suas terras, sem qualquer compensação, por forças de segurança, contratadas como vulgares bandidos por pessoas bem colocadas para confiscar as terras e as casas dos cidadãos mais pobres e mais indefesos, para construir campos de golfe, centros comerciais, condomínios de luxo, hotéis e parques industriais. Pergunto-vos como se sentiriam se o vosso governo actuasse de uma forma tão cruel e vocês vivessem num constante medo das autoridades, o que fariam sob estas circunstâncias tão opressivas?"

Megawati dedicou uma particular atenção aos meios empresariais e financeiros, tentando passar-lhes a mensagem de que a estabilidade hoje, na Indonésia, só é possível com mudança. "A *estabilidade baseada no autoritarismo é apenas uma ilusão*", afirmou.

"Acredito que o advento da democracia na Indonésia conduzirá a um maior e mais equitativo desenvolvimento económico (...). Quero garantir à comunidade empresarial, quer nacional quer estrangeira, que sou uma firme adepta do comércio livre e da abertura do mercado, no estrito cumprimento das regras da WTO, GATT e APC. (...). Saúdo esta oportunidade para (...) um diálogo construtivo com membros das comunidades empresarial e financeira, nacional e estrangeira, com vista a assegurar uma transição para democracia tranquila e boa para os negócios."

Defendeu, a terminar, que o seu afastamento da direcção do PDI, que a impedirá de concorrer às eleições de 97, se deveu *"a uma sondagem eleitoral secreta feita pelos serviços de informação militar"* que mostrava *"que os meus apoiantes e eu venceríamos as eleições (como foi referido numa edição recente da* Far Eastern Economic Review*)". "Quero que o mundo saiba que, se houvesse eleições livres, os meus apoiantes e eu teríamos uma vitória retumbante!"* (*Press Release*, 22/7/96).

CDPM ESCREVE A MEGAWATI

Entretanto, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere enviou uma carta de solidariedade para com o movimento democrático indonésio a Megawati Sukarnoputri.

Partindo da experiência do povo português, cuja luta pela democracia e liberdade recebeu um impulso decisivo por parte da luta pela independência dos povos das suas colónias, a CDPM disse acreditar *"que a luta dos timorenses pela sua autodeterminação contribuirá do mesmo modo para a democratização da Indonésia."*

Pedindo-lhe para não esquecer o genocídio do povo de Timor Leste pelo regime de Jacarta, a Comissão afirmou-se convicta de que *"só uma solução negociada, no pleno respeito das Resoluções das Nações Unidas (...) poderá conduzir ao respeito e à amizade"* entre os dois povos.

9 x F-16 = ?

Nos princípios de Junho a imprensa internacional noticiava que a Administração Clinton estava em vias de fechar o negócio da venda de 28 aviões de combate F-16 à Indonésia, após difíceis conversações que envolveram igualmente o governo do Paquistão, a quem eles se destinavam inicialmente mas que viu a transacção ser impedida pelo Congresso norte-americano, receoso do programa de armamento nuclear paquistanês. Jacarta mostrou-se interessada em comprar uma parte da encomenda (9 aparelhos) ficando, no entanto, aberta para a posterior compra dos restantes.

Mas os acontecimentos na Indonésia nos finais de Julho e princípios de Agosto fez reabrir em Washington o processo de contestação da venda de material de guerra ao regime de Suharto.

Um grupo de Congressistas escreveu em 22 de Agosto uma carta ao Secretário de Estado, Warren Christopher, manifestando a sua *"firme oposição"* a este negócio. *"O governo indonésio continua a violar muitos dos mais fundamentais direitos humanos do seu povo"* lembram os congressistas, citando o último relatório do próprio Departamento Estado sobre a situação dos direitos humanos naquele país do Sueste Asiático. *"Embora seja improvável que as violações dos direitos humanos sejam feitas com estes F-16, os E.U.A. têm a responsabilidade de se coibir em vender armas a países cujos governos sancionam as violações dos direitos humanos pelos militares. À luz das recentes acções do governo de Suharto na repressão dos mais elementares direitos políticos e individuais dos seus cidadãos, esta venda enviaria uma mensagem particularmente inapropriada."* (*reg.easttimor*, 23/8/96).

Os signatários da carta relembram que entre 1991 e 1995 os E.U.A., através do Programa de Vendas Militares ao Estrangeiro, venderam à Indonésia cerca de 100 milhões de dólares de armamento e que, no mesmo período de tempo, foi autorizada a venda de perto de 1 bilião de dólares em material de guerra ao abrigo do Programa de Vendas Comerciais Directas.

No dia seguinte, o editorial do *New York Times* vinha dar força pública à iniciativa dos homens do Congresso. *"Não é altura de vender aviões de guerra de alta tecnologia à Indonésia. O Presidente Suharto mandou prender centenas de opositores políticos este verão numa nova onda de repressiva. (...). Vender aviões de combate à Indonésia antes de Suharto fazer reformas políticas sérias seria passar um cheque em branco a um governo autocrático e corrupto"* escrevia o editorialista para concluir: *"Esta dócil política americana* [para com o regime de Jacarta] *parece ainda mais deslocada depois dos acontecimentos deste verão. A haver venda de F-16, ela deveria ser condicionada a um rápido fim da repressão e ao estabelecimento de reformas democráticas."*

Mas funcionários da Administração, entre os quais alguns do poderoso Conselho Nacional de Segurança, defendem a concretização da venda argumentando que ela pode representar o início de uma frutuosa ligação comercial já que se antevê que a Indonésia comprará no futuro mais destes aviões. Ainda por cima, dizem, *"não são o tipo de armas usadas na repressão de dissidentes."* (*New York Times*, 21/8/96).

Um negócio ainda com desfecho incerto.

EM BUSCA DE UMA SOLUÇÃO

O relatório da viagem de Claiborne Pell a Timor Leste e à Indonésia dá indicações preciosas sobre a situação no território

O relatório do Senador norte-americano dá importantes informações sobre os últimos posicionamentos das autoridades indonésias na questão e contém um conjunto de recomendações sobre o evoluir do processo negocial, que embora originalmente destinadas ao Congresso dos EUA, se poderiam também remeter, quase na integra, ao Governo português.

DE VIAGEM POR TIMOR LESTE

Claiborne Pell é um dos decanos da política em Washington e dos mais respeitados congressistas americanos. Actualmente senador por Rhode Island, desempenhou até às últimas eleições o influente cargo de Presidente do Comité de Relações Externas do Senado. Entre 25 de Maio e 2 de Junho passados, visitou a Formosa, o Vietname e a Indonésia, tendo mantido encontros com altos responsáveis governamentais desses países. No que diz respeito à Indonésia, segundo diz no seu relatório, o tema praticamente exclusivo dos contactos foi justamente Timor Leste.

Para além de reuniões com Suharto e com o Ministro Alatas, Claiborne Pell pode desta vez deslocar-se a Timor Leste (em 92 tinha sido impedido de o fazer). Aqui encontrou-se com o governador Osório e com o comandante militar indonésio, coronel Simbolon. Esteve também com Florentino Sarmento, da ONG timorense ETADEP, com o vice-reitor da Universidade de Díli, Armindo Maia, e com um grupo de padres timorenses. Apesar de o ter solicitado várias vezes, foi-lhe vedado o contacto com Xanana Gusmão (que Pell compara a Mandela...).

NO INTERIOR, COM OS PADRES

A experiência que mais marcou o Senador foi o encontro com um grupo de onze padres de diversas paróquias do território. De forma aberta e desassombrada os padres relataram o que tinham visto e vivido junto dos seus paroquianos nos últimos vinte anos. Falaram de intimidações e ameaças quotidianas, de detenções de curta duração e interrogatórios. Um deles, testemunha de Santa Cruz, descreveu os três camiões militares carregados de corpos inanimados recolhidos no local e a lavagem à mangueira do sangue derramado no chão. Os padres entregaram a Pell um documento listando a natureza exacta, o número e a localização das tropas indonésias estacionadas em Timor Leste, mostrando o grau de cobertura e a enorme dimensão dessa presença militar.

A Resistência foi descrita pelos religiosos com sendo do tipo "*fluxo e refluxo*": quando os indonésios estão na ofensiva, ela retira-se temporariamente; quando os indonésios abrandam a pressão, ela passa ao ataque, num jogo infindo de avanços e recuos tácticos. Todos os presentes foram enfáticos em frisar que a raiz dos problemas de Direitos Humanos em Timor Leste reside na violação do direito fundamental, o direito à autodeterminação e que o povo timorense "*não troca a sua liberdade por todo o ouro do mundo*". O próprio Pell conclui no seu relatório que lhe "*pareceu claro que o povo de Timor Leste continua a resistir (...). A Resistência assume diversas formas e embora a resistência armada e física possa ter diminuído, é evidente que o povo timorense pôs em prática uma resistência emocional e intelectual que nenhum grau de pressão militar será jamais capaz de suprimir*".

ALI ALATAS PREFERE GAMA A BARROSO

Para Pell, a chave para uma solução duradoura do conflito passa obrigatoriamente pela participação activa dos timorenses no processo. As rondas negociais entre Portugal e Indonésia são importantes, embora corram o sério risco de ignorarem os próprios timorenses: "*Um compromisso estabelecido entre Portugal e a Indonésia, ou entre Alatas e Boutros Ghali, ou entre Jacarta e Washington, não conduziria a qualquer solução. Nenhuma solução efectiva e duradoura poderá ser obtida sem a participação dos timorenses; nenhuma solução imposta de fora poderá funcionar*".

Os receios de Claiborne Pell em relação a eventuais acordos de gabinete foram reforçados pela impressão que colheu nos contactos com governantes de Portugal e da Indonésia. Nas suas palavras: "*Encontrei-me com o MNE indonésio Ali Alatas em Jacarta e foi-me particularmente grato ouvi-lo falar de forma apreciativa* ["speak highly", no original] *do relativamente recente MNE português, Jaime Gama. Pela minha parte, estive presente na cerimónia de posse do novo presidente português, Jorge Sampaio, em Abril, e fiquei impressionado pelo interesse do novo Governo em procurar alguma acomodação com os indonésios. Alatas sentiu da parte de Gama uma nova vontade para escutar os argumentos da Indonésia, em contraste com o seu antecessor. (...). Disse-me que ambos poderiam trabalhar tendo em vista uma solução que satisfizesse os dois países e a comunidade internacional, desde que as duas partes fossem 'realistas' na sua posição*".

TIMORENSES SÃO PEÇA-CHAVE

"*Infelizmente*", constata Pell, "*Alatas não mencionou a necessidade de satisfazer os desejos do povo de Timor Leste, embora quando eu levantei a questão concordasse que ela era importante*". Na perspectiva do Senador o desenvolvimento do diálogo inter-timorense e o estabelecimento pela Indonésia de medidas concretas de criação de confiança seriam passos indispensáveis. Isto passaria pela redução da presença militar no território e pelo aumento do número de timorenses em posições de responsabilidade na administração pública local. "*Progressos em alguma destas áreas*", afirma, "*seriam bem-vindos e reduziriam parte do intenso sentimento anti-indonésio. (...). Então, uma solução de compromisso entre timorenses e indonésios poderia ser encontrada. A chave é que os próprios timorenses deverão ser parte dessa solução desde o início*".

SOLIDARIEDADE DE LUTO

Michel Robert, grande impulsionador da questão de Timor

Leste em França, um dos fundadores do grupo de solidariedade ASTO (*Associàtion de Solidarieté avec le Timor Oriental*) morreu em finais de Julho, após um longo mal-estar.

Participante activo das sessões de trabalho da Comissão e Sub-Comissão dos Direitos Humanos e do Comitê de Descolonização da ONU, foi ainda um homem que acompanhou interessadamente as transformações por que o nosso país passou a seguir a Abril de 74.

Que a terra lhe seja leve.

TIMOR LESTE: BISPO TALVEZ AUSENTE ...

O Bispo Belo poderá não estar presente na inauguração da estátua de

Jesus Cristo, construída pelo regime de Jacarta, perto de Díli, para marcar o 20º aniversário da "integração" de Timor Leste, se o governo indonésio se fizer representar neste evento.

Na estátua, que ainda não está concluída,terão sido já gastos cerca de 17 milhões de dólares. Está previsto que a sua inauguração oficial ocorra no final deste ano, com a presença do Suharto, depois de adiamentos sucessivos em virtude dos atrasos ocorridos na construção.

Segundo o Bispo de Díli, a sua presença na cerimónia só se justificará se esta for meramente religiosa, o que não ocorrerá se se vier a confirmar a presença do Presidente Suharto ou elementos do governo indonésio. Neste último caso, D. Ximenes Belo optará por mandar "*um padre para representar a comunidade católica de Timor Leste*" (*Jakarta Post*, 3/8/96).

... E *BOXERS* QUEIXAM-SE DE "GOLPES BAIXOS"

À beira de se tornarem campeões indonésios das respectivas

categorias, os pugilistas timorenses Listinho Miguel e Sebastião da Silva, exímios praticantes da modalidade segundo palavras do seu treinador, viram-se privados do seu espírito combativo quando tomaram conhecimento que não tinham sido aceites, como funcionários públicos, para repartições do "governo provincial" de Timor Leste.

O treinador, insatisfeito com a decisão tomada pelas autoridades locais e preocupado com a situação em que os seus pupilos se encontram, requereu uma reunião com o chefe da polícia local, Coronel Silvianus Wenas, a quem transmitiu que "*até então, eles estavam tecnicamente preparados (...) para ganhar a medalha de ouro nas suas categorias*" (*Jakarta Post*, 10/8/96).

INDONÉSIA: BOICOTE À FAMÍLIA SUHARTO ...

Na sequência do assalto à sede do PDI, George Aditjondro,

"*dissidente indonésio em exílio auto-imposto*" na Austrália, apelou a um boicote a todos os negócios indonésios envolvendo a família Suharto e protegidos.

Num longo documento produzido nos inícios de Agosto, o referido dissidente analisou os paralelismos existentes, na actuação do poder ditatorial indonésio, entre os processos de invasão de Timor Leste e o processo político em torno do PDI, relembrando-nos que as ditaduras utilizam regularmente as mesmas (e brutais) práticas do passado, para fazer face às contrariedades que lhes surgem no presente.

O apelo a um boicote aos negócios relacionados com a familia Suharto "*não é, infelizmente, o suficiente para fazer vergar o sangrento regime* [indonésio], *sendo, portanto, necessária maior pressão internacional*", especialmente no momento em que "*o movimento indonésio* [pró-democracia] *está a ser alvo de uma severa perseguição*".

... E ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

O "17 de Agosto" foi marcado em várias partes do Mundo com

acções relembrando a invasão e ocupação de Timor Leste.

Várias dezenas de timorenses e de portugueses deslocaram-se a Madrid para se manifestarem em frente à embaixada indonésia . Ao invés do ocorrido no ano passado, a embaixada estava rodeada por um cordão de policias que impediu os manifestantes de se aproximarem daquela representação diplomática. Apesar do aparato policial, foi permitido a um representante dos manifestantes entregar uma carta, dirigida ao Presidente Suharto, a um funcionário presente.

Em Darwin, Austrália, a manifestação que ocorreu à porta do consulado ficou marcada pela agressão a duas activistas locais que, aproveitando o facto de os portões estarem abertos, entraram no recinto do consulado. Ao dirigirem-se pacificamente a um funcionário local com o objectivo de falarem com um dos responsáveis do consulado, foram violentamente agredidas por elementos da segurança indonésios, tendo sido, posterior e temporariamente, presas pelas autoridades policiais australianas, sob a acusação de "*invasão de propriedade privada*".

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317